

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.451 - PE (2019/0024814-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
RECORRIDO : JOSE ITALO DE OMENA CORREIA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, em 07/01/2019, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. INFOJUD. DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE BENS DO EXECUTADO. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES À RECEITA FEDERAL. ÔNUS DO CREDOR. EXEQUENTE DISPÕE DOS MEIOS PRÓPRIOS. TRANSFERÊNCIA DO ENCARGO AO PODER JUDICIÁRIO. INCABIMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO EXAURIMENTO DE DILIGÊNCIAS. SERASAJUD. ART. 782, §3º, DO CPC/15. FACULDADE DO JUIZ. DESNECESSIDADE. EXEQUENTE DISPÕE DOS MEIOS PRÓPRIOS. PRECEDENTES. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

1. Cuida-se de agravo interposto ante decisão que nos autos da execução fiscal, indeferiu pleito de fornecimento pela Receita Federal, de informações fiscais do ora agravado mediante a aplicação do Sistema INFOJUD para localização de bens passíveis de penhora, ao argumento de que competiria ao credor diligenciar acerca do endereço do Executado.

2. No processo de execução, compete à parte interessada adotar as providências no sentido de indicar bens do devedor a serem penhorados, quando este não o fizer livremente. Não é função do Judiciário a satisfação do interesse do credor na execução, não podendo substituir-lhe, determinando providência que a este competia, pois as partes não podem transferir ao Magistrado as diligências probatórias que estão ao seu alcance.

3. Não restaram exauridos todos os meios em direito admitidos pela ora agravante, foram apenas realizadas diligências, que restaram infrutíferas, afastando, assim a requisição judicial para utilização dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD - com o objetivo de obter informações relacionadas ao endereço atualizado do polo passivo da execução ou a localização de seus bens - que apenas se justifica, desde que haja intransponível barreira para a obtenção dos dados solicitados por meio da via extrajudicial e, bem assim, a

demonstração inequívoca de que a parte exequente envidou esforços para tanto.

4. Desnecessidade de atuação por parte do Poder Judiciário, na inscrição do nome do devedor em cadastros de inadimplentes. O art. 782, em seu §3º do CPC/15, dispõe que o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes, não impondo que o juiz determine a inclusão, sendo uma mera possibilidade.

5. Não há nos autos, justificativa para que o Poder Judiciário promova diligência que, precipuamente, cabe às partes demandar. Incube ao credor adotar as providências cabíveis para inclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, não havendo necessidade de ordem judicial para tanto.

6. Precedentes. Agravo de instrumento improvido" (fl. 106e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fl. 114e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES À RECEITA FEDERAL. ÔNUS DO CREDOR. EXEQUENTE DISPÕE DOS MEIOS PRÓPRIOS. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DETERMINAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO DE INCLUSÃO DOS NOMES DOS EXECUTADOS. SERASAJUD. ART. 782, §3º, DO CPC/15. FACULDADE DO JUIZ. DESNECESSIDADE. EXEQUENTE DISPÕE DOS MEIOS PRÓPRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. REEXAME DE MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO IMPROVIDOS.

1. Cuida-se de embargos de declaração em que se questiona acerca da possibilidade da aplicação do Sistema INFOJUD para localização de bens passíveis de penhora e de inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes, pelo Poder Judiciário (SERASAJUD).

2. Desnecessidade de atuação por parte do Poder Judiciário, na inscrição do nome do devedor em cadastros de inadimplentes. Para a aplicação da medida excepcional da quebra do sigilo, faz-se necessário o exaurimento das formas hábeis e lícitas para a obtenção dos dados pretendidos. O art. 782, em seu §3º do CPC/15, dispõe que o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes, não impondo que o juiz determine a inclusão, sendo uma mera possibilidade. Não há nos autos, justificativa para que o Poder Judiciário promova diligência que, precipuamente, cabe às partes demandar.

3. O exequente dispõe dos meios para incluir o nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, razão pela qual descabe qualquer obrigação do Juízo nesse sentido, nos termos do §3º do art. 782 do CPC/15.

Incube ao credor adotar as providências cabíveis para inclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, não havendo necessidade de ordem judicial para tanto.

4. O NCPC, em seu artigo 1.022, condiciona o cabimento dos embargos de declaração à existência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, não se prestando este recurso à repetição de argumentação contra o julgamento de mérito da causa.

5. Embargos de declaração improvidos" (fl. 136e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos artigos: a) 4º, 797 do CPC/2015, 198, §1º e 199 do CTN, sob a tese de que "o acórdão recorrido, ao entender que a utilização do INFOJUD tem caráter excepcional somente para os casos em que restaram comprovadamente frustradas todas as tentativas de localização de bens pelo exequente, contrariou a legislação federal de regência, razão porque o acórdão merece reforma para que seja determinada a utilização do INFOJUD na busca de bens do executado para garantir o crédito exequendo" (fl. 152e); b) 782, §3º, do CPC/2015, pois "o acórdão ao decidir que não cabe ao Poder Judiciário promover a medida de inclusão do nome da parte devedora nos cadastros de inadimplentes, através do Sistema SERASAJUD, mas sim ao exequente, violou frontalmente o disposto no art. 782, §3º do Novo CPC" (fl. 156e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 160e).

A irresignação merece prosperar, em parte.

Inicialmente, constou do acórdão recorrido que:

"A ANP agravante requereu a utilização do INFOJUD, ao argumento de que é uma ferramenta oferecida aos magistrados (e servidores por eles autorizados), que lhes permite, por meio de certificação digital, ter conhecimento de bens das partes envolvidas em processos. Afirma que esse sistema possibilita, em tempo real, em todo o território brasileiro, a obtenção de dados existentes na Secretaria da Receita Federal do Brasil, a fim de localizar pessoas, seus bens e direitos e identificar potencial prática de fraude, execução ou crimes.

O INFOJUD (Sistema de Informações ao Judiciário) é uma ferramenta que permite a comunicação eletrônica entre o Poder Judiciário e a Receita Federal. A utilização do sistema substitui o

procedimento anterior de fornecimento de informações cadastrais e de cópias de ofícios. Portanto, é um instrumento de acesso a informações fiscais do contribuinte, dados que se encontram em poder do órgão fiscalizador e deve ser permitida sua utilização apenas excepcionalmente, quando realizadas diligências extrajudiciais para localização de bens do devedor. A jurisprudência firmou-se, quanto ao acesso do exequente a esse tipo de dados, no sentido de que apenas pode ser viabilizada caso restem frustradas as demais tentativas a cargo do credor.

No processo de execução, compete à parte interessada adotar as providências no sentido de indicar bens do devedor a serem penhorados, quando este não o fizer livremente, admitindo-se, em caráter excepcional e quando evidenciado que restaram frustradas todas as suas tentativas, o auxílio do Judiciário na localização desses bens. Nesse contexto, não se vislumbra nenhum privilégio processual assegurado ao exequente. Diante disso, não é função do Judiciário a satisfação do interesse do credor na execução, não podendo substituir-lhe determinando, desde logo, providência que a este competia. É que as partes não podem transferir ao Juiz as diligências probatórias que estão ao seu alcance.

No caso, não restaram exauridos todos os meios em direito admitidos pelo ora agravado, foram apenas realizadas diligências, que restaram infrutíferas, afastando, assim, a concessão da medida excepcional. A requisição judicial para utilização dos sistemas BACENJUD, PLENUS, CNIS, INFOSEG, RENAJUD E INFOJUD - com o objetivo de obter informações relacionadas ao endereço atualizado do polo passivo da execução ou a localização de seus bens - apenas se justifica desde que haja intransponível barreira para a obtenção dos dados solicitados por meio da via extrajudicial e, bem assim, a demonstração inequívoca de que a parte exequente envidou esforços para tanto" (fl. 104e).

Contudo, constata-se que o acórdão recorrido está em dissonância do entendimento desta Corte, firmado no sentido de que o bloqueio eletrônico, utilizado através dos Sistemas BACENJUD, RENAJUD ou INFOJUD, prescinde do esgotamento das diligências em busca de outros bens penhoráveis.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONSULTA AO SISTEMA INFOJUD. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DAS DILIGÊNCIAS A FIM DE LOCALIZAR BENS DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO

STJ.

1. A parte recorrente sustenta que o art. 535, II, do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. A instância de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não emitiu juízo de valor sobre o art. 620 do CPC/1973 (princípio da menor onerosidade) e 185-A do CTN (cabimento da indisponibilidade dos bens).

3. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. O acórdão recorrido consignou: "A questão centra-se na insatisfação das agravantes ante a decisão monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento, mantendo a decisão agravada que deferiu a penhora "on line" pelo sistema BACEN-JUD. (...) Quanto ao bloqueio dos depósitos bancários, não restou comprovado a natureza salarial dos valores bloqueados, sendo certo que a matéria não comporta mais discussão, pois em Recurso Repetitivo (STJ REsp 1, 112.943-MA, Rei, Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010), ficou sedimentado o entendimento da possibilidade da penhora "online" pelo sistema BACENJUD, sem a necessidade prévio esgotamento na busca de outros bens do executado, colacionando para tanto, julgados que perfilham este entendimento. "(fl. 614, e-STJ)

5. O Tribunal a quo está em consonância com o Superior Tribunal de Justiça que em precedente submetido ao rito do art. 543-C firmou entendimento segundo o qual é desnecessário o esgotamento das diligências na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on-line (sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD), em execução civil ou execução fiscal. (AgInt no REsp 1.184.039/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/4/2017).

6. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.724.422/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SISTEMAS BACEN-JUD, RENAJUD OU INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a utilização dos sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD não estaria condicionada ao esgotamento de diligências.

2. Sendo assim, o Tribunal a quo, ao concluir pelo esgotamento

de diligências para a utilização do sistema INFOJUD, decidiu em confronto com a jurisprudência desta Corte. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.322.436, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe 17/8/2015; REsp 1.522.644, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 1º/7/2015; AgRg no REsp 1.522.840; Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 10/6/2015; REsp 1.522.678, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 18/5/2015.

3. Recurso especial a que se dá provimento" (STJ, REsp 1.703.669/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE.

I - O STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados.

II - Atualmente, a questão se encontra pacificada, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/04/2017).

Por outro lado, no que diz respeito à inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Em relação à inscrição do nome do executado em cadastros de inadimplentes (SPC e SERASA), com fulcro no §3º do art. 782 do CDC, este assim dispõe:

(...)

Há de ser observado que o referido dispositivo legal não faz qualquer distinção acerca da natureza do crédito perseguido, de maneira tal que a inclusão do agravado no cadastro de inadimplentes deverá acontecer em observância aos Princípios da Eficiência e Efetividade. O § 3º dispõe que o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, não estando ele obrigado a determinar, caso não entenda necessário, a medida requerida.

Entretanto, muito embora haja esta possibilidade, **é desnecessária a atuação do Poder Judiciário, posto que os efeitos pretendidos pela parte exequente, ora agravada, são também viáveis pela via do protesto.**

Ademais, não há nos autos, justificativa para que o Poder Judiciário promova diligência que, precipuamente, cabe às partes demandar"

(fl. 105e).

Constou, ainda, do acórdão que julgou os Embargos Declaratórios:

"Constatando-se que o acórdão embargado analisou toda a matéria trazida à discussão, entendendo que §3º do art. 782 do CDC dispõe que **o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, não estando ele obrigado a determinar, caso não entenda necessário, a medida requerida, até mesmo porque, tendo em vista o uso da forma verbal 'pode', estabelece uma faculdade a ser por ele exercida ou não, a depender das circunstâncias do caso concreto.**

Embora haja esta possibilidade, **é desnecessária a atuação do Poder Judiciário, posto que os efeitos pretendidos pela parte exequente, são também viáveis pela via do protesto.** Ademais, mesmo considerando que tenha sido firmado Termo de Cooperação Técnica nº 20/2014, celebrado entre o CNJ e a SERASA S.A, esta Corte não aderiu ao referido Termo, de forma que tal conduta torna-se inviável em razão da impossibilidade de utilização do sistema em questão.

(...)

Procurando tornar efetiva essa realidade, incumbe ao credor adotar as providências cabíveis para inclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes, não havendo necessidade de ordem judicial para tanto, sobretudo levando em conta que, **em caso de futura quitação do débito, o ônus de excluir o nome do devedor dos referidos cadastros recairá sobre o próprio credor**" (fl. 140e).

Do exposto, constata-se que a recorrente não infirmou, de forma específica, os fundamentos suficientes destacados, utilizados pelo Tribunal de origem. Destarte, incide, na espécie, a Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), por analogia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, tão somente para autorizar a utilização do sistema INFOJUD, nos termos da fundamentação.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora